

LÍNGUA MUNDURUKU

PROTOCOLO DE ATENDIMENTO SUSTENTÁVEL: AOS POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

**Taperadup ya'obuywatwat jewekukam: Wuyjuyūyū
beam, Topaŷon'ayu i kuybit ma aŷokadag ayu.**

CORPO GESTOR

MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM
Defensora pública-geral do estado do Pará

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO
Subdefensor público-geral de gestão

LUCIANA SANTOS FILIZZOLA BRINGEL
Subdefensora pública-geral institucional

EDGAR MOREIRA ALAMAR
Corregedor-geral

LEILIANA SANTA BRÍGIDA SOARES LIMA
Diretora Metropolitana

DAVID OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA
Diretor do Interior

JOSÉ ADAUMIR ARRUDA DA SILVA
Diretor da Escola Superior

FÁBIO RANGEL PEREIRA DE SOUZA
Diretor de Inovação e Transformação Tecnológica

DANIEL AUGUSTO LOBO DE MELO
Diretor Administrativo e Financeiro

ANA CAROLINA LOBO CORREA
Diretora de Comunicação Social

WALCIRCLEY DA SILVA ALCÂNTARA
Ouvidor-geral

CORPO GESTOR

MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM
Defensora pública-geral do estado do Pará

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO
Subdefensor público-geral de gestão

LUCIANA SANTOS FILIZZOLA BRINGEL
Yabibi ayacat agages ikabog at kay ag at

EDGAR MOREIRA ALAMAR
Yobog at cokcok ukat

LEILIANA SANTA BRÍGIDA SOARES LIMA
Diretora Metropolitana

DAVID OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA
Yabibi badi at

JOSÉ ADAUMIR ARRUDA DA SILVA
Diretor da Escola Superior

FÁBIO RANGEL PEREIRA DE SOUZA
Yabibi imuy susu'uk'at i imuwarurū ukat ibabibi'at mubapukpuk' ukat.

DANIEL AUGUSTO LOBO DE MELO
Diretor Administrativo e Financeiro

ANA CAROLINA LOBO CORREA
Yabibi ayacat mukuyjojo' ukat soat tag

WALCIRCLEY DA SILVA ALCÂNTARA
Ouvidor-geral

FICHA TÉCNICA

REDAÇÃO

ANDREIA MACEDO BARRETO
Defensora Pública do Estado do Pará
Membro do Grupo de Trabalho (Coord.)

DIOGO MARCELL SILVA NASCIMENTO ELUAN
Defensor Público do Estado do Pará
Membro do Grupo de Trabalho

EDGAR MOREIRA ALAMAR
Defensor Público do Estado do Pará
Membro do Grupo de Trabalho

JULIANA ANDREA OLIVEIRA
Defensora Pública do Estado do Pará
Membro do Grupo de Trabalho

MARIA DO CARMO SOUZA MAIA
Defensora Pública do Estado do Pará
Membro do Grupo de Trabalho

YANCA DE CÁSSIA LOPES SALES
Assessora Jurídica da Defensoria Pública do Estado do Pará

REVISÃO

FELIPE KAUÊ NORONHA MARQUES
Assessor da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará

LAURA ELOIZY OLIVEIRA MOREIRA
Assessora Jurídica da Defensoria Pública
do Estado do Pará

PRISCILLA DE CASTRO RIBEIRO
Assessora Jurídica da Defensoria Pública
do Estado do Pará

SARAH IGREJA DA SILVA
Técnica da Defensoria Pública do Estado do Pará

SUZANA MELO OLIVEIRA
Estagiária da Pós-Graduação da Defensoria
Pública do Pará

FICHA TÉCNICA

IMUBARARAT 'UKAYU

ANDREIA MACEDO BARRETO

Adede ayu kay ag at ayacat Estado do Pará be
Awero kapikpig iagu xe at (pug a be at)

DIOGO MARCELL SILVA NASCIMENTO ELUAN

Adede ayu kay ag Estado do Pará be
Membro do Grupo de Trabalho kapikpig iagu eju at

EDGAR MOREIRA ALAMAR

Adede ayu kay ag at Estado do Pará be
Membro do Grupo de Trabalho kapikpig iagu eju at

JULIANA ANDREA OLIVEIRA

Adede ayu kay ag at ayacat Estado do Pará be
Membra do Grupo de Trabalho Kapikpig agu eju at

MARIA DO CARMO SOUZA MAIA

Adede ayu kay hag at ayacat Estado do Pará be
Membro do Grupo de Trabalho Kapikpig agu eju at

YANCA DE CÁSSIA LOPES SALES

Domujuju uk'at Ayacat ajo iat mudim'mudim uk'at soat kay ag at Estado do Pará be

TUP COCOM

FELIPE KAUÊ NORONHA MARQUES

Buywatwat ukat cewap at soat kay ag at Estado do Pará be

LAURA ELOIZY OLIVEIRA MOREIRA

Buywatwat uk'at Ayacat ajo iat mudim'mudim uk'at soat kay ag at Estado do Pará be

PRISCILLA DE CASTRO RIBEIRO

Buywatwat uk'at ayacat ajo iat mudim'mudim uk'at soat kay ag at Estado do Pará be

SARAH IGREJA DA SILVA

Itabi babi at soat kay ag at Estado do Pará be

SUZANA MELO OLIVEIRA

Menku itaybitat soat daxijojo ukat para be at

YANCA DE CÁSSIA LOPES SALES

Buywatwat ukat soat daxijojo 'ukat para be

YANCA DE CÁSSIA LOPES SALES
Assessora Jurídica da Defensoria Pública
do Estado do Pará

JULIANA PINHEIRO MAUÉS
Jornalista da Diretoria de Comunicação da Defensoria Pública do Estado
do Pará

**ASSESSORIA LINGUÍSTICA NÚCLEO DE FORMAÇÃO INDÍGENA (NUFI) –
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ:**

PROF. DRA. ANTONIA ZELINA NEGRÃO DE OLIVEIRA
PROF. DRA. BRUNA FERNANDA SOARES DE LIMA PADOVANI
PROF. DRA. ELIETE DE JESUS BARARUÁ SOLANO
PRO. DRA. MARA SILVIA JUCÁ ACÁCIO

TRADUTORES

JOÃO AKAY KABA
ELISA AKAI WIUI

DIAGRAMAÇÃO

GABRIEL OLIVEIRA
Coordenador de criação

ERICK BOTELHO
Designer Gráfico

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Defensoria Pública do Estado do Pará

Protocolo de atendimento sustentável : aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais / Defensoria Pública do Estado do Pará ; traduzido por João Akay Kaba e Elisa Akai Wiui. Belém: DPE-PA, 2025.

47 p. : il. ; 21 cm.— (protocolo ; v.2 ; Munduruku).

1. Defensoria Pública do Estado do Pará. 2. Atendimento a comunidades tradicionais. 3. Direitos dos Povos Indígenas.

Belém/PA
2025

JULIANA PINHEIRO MAUÉS

Jornalista da Diretoria de Comunicação da Defensoria Pública do Estado do Pará

**ASSESSORIA LINGUÍSTICA NÚCLEO DE FORMAÇÃO INDÍGENA (NUFI) –
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ:**

PROF. DRA. ANTONIA ZELINA NEGRÃO DE OLIVEIRA

PROF. DRA. BRUNA FERNANDA SOARES DE LIMA PADOVANI

PROF. DRA. ELIETE DE JESUS BARARUÁ SOLANO

PRO. DRA. MARA SILVIA JUCÁ ACÁCIO

TRADUTORES

JOÃO AKAY KABA

ELISA AKAI WIUI

IBARARAT 'AT MUDIMDIM

GABRIEL OLIVEIRA

Coordenador de criação

ERICK BOTELHO

Designer Gráfico

Belém/PA
2025

SUMÁRIO

Apresentação	10
Atendimento pela Defensoria Pública do Estado do Pará	14
Atuação na garantia do direito à consulta	16
Consulta prévia e atuação prática na Defensoria Pública do Estado do Pará	20
Atuação na garantia do direito ao território tradicional	24
Atuação prática na Defensoria Pública do Estado do Pará	28
Processo de regularização fundiária	30
Atuação na proteção socioambiental e justiça climática	34
Atuação na defesa dos defensores e defensoras ambientais e da terra	40
Referências	46

SUMÁRIO

Imubapukap	11
A'õbuywatwat 'ukat soat daxijojo'ukat para be	15
Imugebuk at wuybabi dag ma imukuyjom	17
Koam ijom, imugegem kapikap adede daxijojo'ukat pe Para be.	21
Imugebut at i buyxim, wuyeipi kuyat kukam	25
Atuação prática na Defensoria Pública do Estado do Pará	29
Menku omuyku Ipi mudim ap	31
Imugebut at omuyku tip kukap hihi jewarurut iap kukap	35
Imugebut at ag agõkatkat daxijojo'ukat, ayacat tak tip taxijojo'ukat, ipi dak.	41
Ijojo ap	47

APRESENTAÇÃO

A Defensoria Pública do Estado do Pará elaborou o presente protocolo com o objetivo de apresentar orientações para a atuação de defensores/as, servidores/as e colaboradores/as que integram a instituição, além de garantir o direito à informação aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, de modo a viabilizar o exercício de direitos.



Nesse propósito, este protocolo optou por uma linguagem simples, com uso de imagens e com informações práticas, para auxiliar na compreensão dos temas tratados. Para isso, partiu do entendimento de que é função constitucional da Defensoria Pública a proteção dos direitos humanos e de pessoas colocadas em situação de vulnerabilidade econômica-organizacional, nos termos do artigo 134 da Constituição Federal.

Os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais são concebidos como presumidamente inseridos no conceito jurídico de vulnerabilizados, face ao histórico processo de desterritorialização, a sofrerem maior impacto nas mudanças climáticas, ao racismo, à concentração fundiária e à violência, que cercam as disputas por recursos naturais e apropriação ilícita das terras pertencentes a tais povos e comunidades.

IMUBAPUKAP

Soat kay ag at Estado Pará eipi beat gasû o'tup muğe taperadup apen opop imuwenap ip yawēwēn ixe wuykay hag ayu ekapikap muwenam cebeam ip ixeyu be wuydaxijojo 'uk ayu be kapitpit 'uk ayu be , puywatwat 'uk ayu dak, yobogbog ayu ejuayu, gebuje buk imububut tup mubacacat imuwenuwen wuyjuyūyū be, topagon'a be kuyma ipi dag ayu, cetaperadup pe ibapukat ibararakat mubapukam.



Yaguy da'ap, iju dup o'jewedup muge pa'orem a'ö be, piobuk kukug i, ajo jewemuğeğem iat mukapkam ibuywat am jewemukuyjojo am ajo okapkak iat. Menku, ite e kapikap jewemukuyjojo am yobogbog ayu hag e'em soat kay ag wuyjuyuyu e taperadup tup paca'am, xeku wuyyūyū iba'ore cebe iayu, teku artigo be e'em 134 constituição federal be.

Wuyjuyuyu, topagon'ayu kuybit ma agokadag iayu, iteyu bit ya'öbuyxi at puybeayü, iba'oreyu cebe iat gu dak, ibe kuy at kawen jeypi bewi imujem ojuay iayu, yobog cica o'jewarurut hi'hi be iat, jewemuwararam, ipi mu'ẽ 'ẽ ap, warem tag ma jewekug iap, tayoyom ip o'e jewewe be ajo opop kake ipi iat puye, wuyjuyūyū eypi dag/ağokadag iayu eypi bewi buk ip e'em ip iba'arema teibog at uk'uk.

A partir dessa compreensão, o protocolo trata do atendimento pela Defensoria Pública: sobre a sua atuação institucional para assegurar o direito ao território tradicional; à consulta prévia, livre e informada; à proteção socioambiental e dos defensores e defensoras ambientais. Tais abordagens foram objeto das discussões, pesquisas e estudos de casos pelos integrantes do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 03/2023/GAB/DPG, de 06 de janeiro de 2023, que teve como propósito específico elaborar o presente protocolo.

Desse modo, com essas premissas e abordagens, espera-se que este instrumento possibilite que a Defensoria Pública do Estado do Pará realize melhor prestação de seus serviços junto aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, na proteção dos direitos humanos, que também incluem a proteção ambiental e a justiça climática.



Iju togwi jekuyjo am, iju dup wuya'o buywatwat ap tup i e'em soat kay ag at; imen ijop e'em ibararak kat pe wuyukukam wuy'o buyxim wuyeipi be wuydom pam, koam jewemukuyojom, xipan jewemukuyjo am, xipan tip kukam, awayadip taxijoam/jewedaxijo am tak. Iteyu osodop jewemukuyojom ibo am, ikudadam, apen adede ibo kapikap o'ğuğe iat, Teku taperadup pewi o'jewemuğege iat ce numero 03/2023/GAB/DPG, 06 de janeiro kaxi 2023 bima, o'jebapuk ğasu ibo taperadup muğeam ma.

Imenpuye, ite ojomog ip jağuy bi at menku iam, iju dup tog wi ip iwiwim pen paxi kuka soat kay äg iat Estado do Pará be at oğuğe xipan jekapikap soat wuyjugyüyü eju, topagon'ayu eju, kuy ma ağıkadag iayu, wuyjuyüyü dopap taxijo am, awaydip kukam xipan iap, yobog cica hi'hi jewanurun puye.



ATENDIMENTO PELA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

Em todas as unidades de atendimentos (físicas, móveis, remotas) ou nos atendimentos nas comunidades de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, a **Defensoria Pública do Pará deverá se pautar:**



Na autodeterminação dos povos e comunidades, na autoidentificação, na autonomia e na língua;



No respeito às organizações, às práticas sociais, culturais e espirituais e na comunicação informal e objetiva;

As disposições deste protocolo abrangem os povos indígenas independentemente de sua nacionalidade, país de origem ou situação documental no Brasil.

Todos os integrantes da Defensoria Pública do Estado do Pará deverão ainda:

- Zelar para que não ocorra qualquer discriminação dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, em todas as esferas de atuação da instituição, devendo adotar medidas de enfrentamento ao racismo e, em particular ao racismo ambiental, respeitando as vestimentas, símbolos, pinturas, adereços e todas as formas de manifestação de suas práticas sociais, culturais e espirituais.
- Adotar medidas necessárias para assegurar o atendimento na língua materna dos povos indígenas, através de tradução, podendo buscar colaboração com outras instituições;

A'Ô BUYWATWAT 'UKAT SOAT DAXIJOJO'UKAT PARA BE.

Soat tag ya'ô buywatwan ibapukat, wurûrûgat, wuy at tag, wuyweju, aôkada dag, topaõon'ayu ka dag, kuy ma aôkada dag ayu, **soat kay ag at Estado do Pará be** imuäge ap omuyku:



Wuyjuyu mubacat ap, aôkayu; ibacam jewemubapukam, ibaca'am, ya'o dak;



Xipan adedeyu kug, jewemuğeğem puywat am, iba'arem'rem ayu babi; jewemukuyjojom ibapug, xipat tak.

Iju dup pe opop imuŵewen soat pe am wujûyû be poma iat tak agu dag, o'jebapuk ipi ben ma iap, Brasil eipi ajo iat opop ibararat kat.

Soat kay ag at Estado do Pará be acayü je' e buk:

- Imudim warem tag ip i'e ap puxim wujuyûyû beam topaõon'ayu, kuy ma agokadag iayu, soat kake yobog at kukat iat pen ma omuyku imuäge ap pen paxi otujukap sowanwan ukayu, puğpe sowanwan away dip pe iayu, xipan je' aje kug, cemumuğeğe ip, tot, cewedok, soat ibabi ip, pen cuk je'e je'aweroro'ap, ibabi ip e iba'a rem' rem ayu.
- Pen paxi omuyku imuäge ap xipan imukuyjo am wuyjuyûyû a'õm ma, ia'õm mukap puje wara 'at a'õm kay, ibu toğwi tojot jewebuy wan am warat tagwi yobog bog ağu dagwi.

- Viabilizar orientação jurídica e atendimento nos territórios tradicionais dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, para garantia de seus direitos e deveres legais ambientais, assegurando a proteção socioambiental e territorial, bem como a preservação da cultura, das tradições e crenças.

ATUAÇÃO NA GARANTIA DO DIREITO À CONSULTA

A Defensoria Pública do Pará deverá zelar pela observância do direito à consulta prévia, livre e informada de que trata a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e dos protocolos comunitários de consulta elaborados pelos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Nesse sentido, são parâmetros para atuação institucional a autoaplicabilidade da referida Convenção e a verificação das seguintes premissas:

- Se as medidas administrativas (a exemplo da licença ambiental) ou legislativas (como as estaduais ou municipais) que afetem os povos e comunidades observam a consulta prévia antes da tomada de decisão administrativa ou legislativa;
- Se os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais compreenderam a linguagem utilizada pelo Estado;
- Se as comunidades possuem Protocolos Comunitários de Consulta e se estes foram respeitados pelo Estado;
- Se foi observada a boa-fé na realização da consulta;
- Se a consulta respeitou a organização social das comunidades.

- Imubapuğ pen e'em ya'õ m bacayü toğwi at imukuyjojo ap ipi be kuy at tağayu wuyjuyüyü, topağon'a yu kuy ma ağokadag ayu soat em kake am ibaca at, jebikuy am muğe am xipan tip kukam, com ceku am jewedaxijo am poce juk soat iat pe ipi dag ayu, ibe juk xipan ikukam ibabi, pen cuk iap e juk itabut ap tak.

IMUGE BUT AT WUYBABİ DAG MA

IMUKUYJOJOM

Ag adede kay at pará eypí be iat xipat omuyku ijojo ap taperadup pe at ibaca'at, ya'ijojom ip, imuウェnuウェ open iboce opop e'em iat pe 169 be Organização Internacional do Trabalho (OIT), aگokawatwat etaperadup tup co'ap ixeyun ma o'tup muge buye wuyjuyüyü, topağon'ayu, kuyma aگokadag iayu.

Iteje opop, ibararat at opop yobog at pe, menku imuウェnuウェ iap open pop iboce iap, o'jewaguy ixik ijojo am ijebit at co am:

- Imudimdim ukat (menku kuka o'e tip pe) tup a'obaca'at togwi (estado bewi município bewi i)wuyjuyüyü daxijojo'ukat/ aگokadag at, omuyku ijowap koam imuğe am imudimdim ukayu be /tup a'ô baca'at pe.
- Wuyjuyüyü kuka o'e, topağon'ayu kuyma agokadag iayu jekuyojom paxi estado a'om ikukug iat.
- Aگoka watwat kake cekaperadup imukuyjo am, ijo ap kug paxi ibuyxim estado watwat ikug iam.
- Xipat ijojom pima kuka o'jewemuğe ijo ap:
- Adedeyü, aگokawatwat گudu xipat o'jewa'ijo.

Sobre a Consulta Prévia...

A Convenção 169 da OIT destina-se aos povos indígenas e tribais, a partir do autorreconhecimento, isto é, não é o Estado ou outra instituição que irá definir quem é indígena ou tribal. No Brasil, não há povos tribais, mas assemelhados, para fins de aplicação da Convenção, a exemplo das comunidades quilombolas e ribeirinhas, dentre outras.

A Convenção estabelece no artigo 6º que essa consulta aos povos indígenas e tribais deve ocorrer mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente. Estabelece, ainda, que devem ser assegurados os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza, responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes. Também prevê que as consultas deverão ser efetuadas com boafé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.

Koam ijojo ap iat

Imuwēnuwēn iap 169 OIT be e'em imen omuyku wuyjuyuyu beat awerom agu be at i, jewemubapukam, ijop o'e ,imenpit estado gu juy je'e wara`at yobogbog ayu gu je'e wuyjuyu du em i, adedeyu du em i. Brasil be bit, kake gu kuyje at wuyjuyuyu, imenpit kake wuyjuyū jojo iat gu Ibo imuwēnuwēn ap muge am, iteyu ijo iat gu topagon`ayu iwābu dag ayu be, warara'acayū dak.

Imuwēnuwēn iap tup pe e'em artigo 6º be wuyjuyū
mukuyjo ap awerom ayu mukuyjo ap soat ema xipat, pug pima, adede kukat togwi, ajo iat o'jebapuk pima tup buyxi at, hag ajo iat kay agu xipat paxi je'e iam, xipat gu je'e iam tak. Kake buk cebe ap, kake com cica omuyku ikukap wuyjuyū
ibikuy menku oceju imugepit iap iixik kam adede a'ō kay dede kukat ijebicat, hag cica at tak, warara'acayu dak, hag wuykukukayū, ibararakat xipat omuyku ikukap. Mentaku omuyku ibo jewa'ijojo ap tak, imuğege am xipan, open wuyjun ma imuğe but i, iba'oreat pima dak, gebuje soat ibikuy i bima dak jewağuy coap omuyku soat pe ibo ibararakat pe.



CONSULTA PRÉVIA E ATUAÇÃO PRÁTICA NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

INÍCIO DA ANÁLISE

Quais medidas administrativas ou legislativas estão impactando a comunidade ou território?

A Defensoria Pública recebe a denúncia por meio da comunidade, representantes ou outra instituição comunicando o fato. O(a) Defensor(a) Público(a) instaura o procedimento administrativo, para analisar se existem medidas administrativas ou legislativas realizadas sem consulta prévia. Também poderá oficiar o poder público para requisitar informações e documentos.

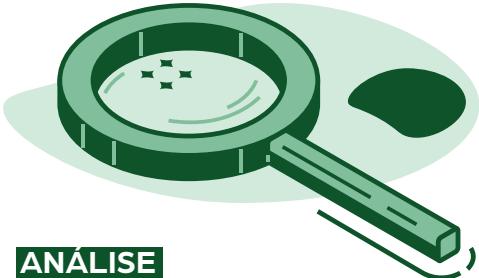


KOAM IJOJOM, IMUGEGEM KAPIKAP ADEDE DAXIJOJO'UKAT PARA BE AT.

KOAP EM IJOJOM

Apuğu an kapikap imuğe ap ag ayu kadiwi, ibubut tup bacayu togwi ipi mukereren ağoka i?

Ag adede kay at daxijojo ukat ibararakat jee jat ajo xipat umat ibima ağokawatwat peam ibima, cewejuju 'ukayu i warat'cat yobog ayu omuyku imuyjojo ap. O (a) adede daxijojo kukat, adede daxijojo ukat koam em iju ap pen an paxi tujowatwan i ap, ijo ap kake paxi hag ayu/taperadup e'em iat togwi o'jewejojo koam iam. am. Imuğe but tak ya'ōbaca'at kay imuwenuwēn pareradup tog wi.



ANÁLISE

A comunidade ou território possui algum mecanismo que informa como deverá ser procedida a consulta?

O(a) Defensor(a) Público(a) analisará se existem protocolos de consulta estabelecidos na comunidade. Caso possua, deverá nortear sua atuação e realizar procedimentos extrajudiciais e judiciais com base neste documento.público para requisitar informações e documentos.

ANÁLISE

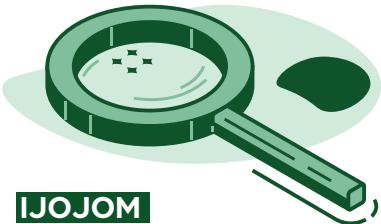
E se não houver um protocolo ou mecanismo estabelecido?

O(a) Defensor(a) Público(a) deverá realizar atendimento prioritário na comunidade para ouvir as famílias e solicitar outra orientação para atuação. Também prestará orientação jurídica quanto ao direito à consulta prévia, livre e informada, assim como sobre a elaboração do protocolo comunitário de consulta, podendo contar com a colaboração de instituições governamentais e não governamentais que trabalham com a temática, caso haja concordância das comunidades.

FINAL DA ANÁLISE

Está havendo desrespeito à consulta prévia, livre e informada?

Caso o(a) Defensor(a) Público(a) constate que há violação à Convenção 169 da OIT, deverá adotar medidas extrajudiciais (como recomendação) ou judiciais, com a finalidade de assegurar o direito à consulta e observância ao protocolo comunitário.



IJOJOM

Ag oka watwat ipi dak kake du ip ajom kuka ip o'jewemukuyjojo iam?

Adede daxijojo'ukat Ayacat, agokatkat i ayu be je'e ijojo ap kake paxi wuy mubacaca ap tup pe wi at aðokaka dað iap. Kake ibima, je'e imutaybin ap pen imuge ap iam pen paxi kuka o'jewemuðe ajo iat yobogbog agu eju kuy ibararak at toð wi.

IJOJOM

Kake gu ibararakat tup i bima, pen kuka o'jewemuðe ibo?

Adede daxijojo'ukat ayacat, aðokatkat i imuðem je'e koam em ya'o buywatwan omuyku agoka buywatwan ya i'jojom, agoka be acyu, iojuyjuy ap omuyku warat jewemutaybin am. Jewemuge jewemutaybin ap pen cuk imuðe ap iap, jewekadi at' ta'ap pe jewa'ijojom koam, ibapug, imuðenuwën i a pen o'jewemuge aðokawatwat e taperadup ya'ijojo buxe, ap tup, warara'acayu eju dak osubuywat soat puywatwat ukayu eju kapikpikap ibo eju at, soat agoka be acayu ibikuy bima.

AMAP IJOJO AP

Kake du waren tag ma koam jewa ijojom ap, ibapug omuyku jewemukuyjojom ap?

Adede daxijojo'ukat ayacat, aðokatkar i kake otobuxik ikere'at i bima imuðenuwën 169 OIT be, gebuje jewemuge pen paxi kuka o'jewemuge ibararak at tog wi (apen jewemuge iap tak) o yobogbog agu a'o dag, menku juy je'edop iap tak wuywebe imugebut iap jewa'ijojom hag aðokawatwat e taperadup kay iap.



ATUAÇÃO NA GARANTIA DO DIREITO AO TERRITÓRIO TRADICIONAL

A Defensoria Pública atuará na garantia do direito ao território tradicional (posse e propriedade), no âmbito de suas atribuições, com adoção de medidas adequadas para a permanência nesses espaços, como bens materiais e imateriais, necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária.

A proteção dos territórios tradicionais independe de reconhecimento formal do Estado (a exemplo de um título de propriedade coletiva), devendo a Defensoria Pública adotar medidas judiciais e extrajudiciais para assegurar esse direito. Na proteção dos territórios tradicionais também estão o direito às políticas públicas de saúde, educação, cultura, dentre outras.



IMUGEBUT AT I BUYXIM, WUYEIPÍ KUYAT KUKAM

Ag adede kay iagu baca imuğebutat wuye ipib be (ibuap i ikuk ap), pen cuk i'e but cebewi iap tag, ikug je'e ajo iat soat em ibuce top am, biat ku ajo kake kuybin ma iat i imuwẽn'uwẽn iat tak, kake ap ma ejoma wuybabi muğe ap, soat ikukun iat e pen cug wuyju jewekug iap wuykaka dag, soat em jewekukun at i daren ikuk ibit.

Xipan ikuk ap kuy ma iayu ipi estado buk ogu kudep um pima dak (kake ibapik at adede peap iap), ġebuje adede kay ag iagu ikuk ap i'aon baca agu i bin ma ibaca api p top ap wuykadi. Xipan ikuk imuğebutat wuyeipi be kake cebe wuy a'on buyxi ap jewa'ijojo ap soat pe jewānuğ tata ap, jewemutaybinbin ap, babi, e wara' at'cat.

Ag adede kay iat Pará be at tak jenug, soat em je'enuğnuğ je' mumuğege be, kuy je'dup idindin a tipi, wuyjuyūyū jewekuy kuy iagu (ipi kug kuy jebu ibe agu) topağ'o'on'ayu ka i kuy m aipi be iayu (pen kuy ikuy topağon' ayu eipi, jewemuge cebeam ip ipikpik am soa teju kadai eju i tip tag at eju dak, imogmog ap toptop ap pog eipi be.

A Defensoria Pública do Pará também atuará, dentro de suas funções institucionais, para assegurar a conclusão do processo de regularização fundiária e titulação das terras, dos povos indígenas individualmente considerados (fora do contexto de disputas coletivas de suas terras), comunidades quilombolas e comunidades tradicionais (como titulação de territórios quilombolas, a criação de projetos de assentamentos agroextrativistas, unidades de conservação estaduais etc.).



Legislações para consultar...

POVOS INDÍGENAS: Constituição Federal (artigo 231 e 232), Constituição do Estado do Pará (artigo 300), Convenção 169 da OIT, Decreto 5.051/2004, Lei 6.001/1975.

QUILOMBOLAS: Constituição Federal (artigos 215, 216 e 68 do ADCT), Constituição do Estado do Pará (artigo 1998322) Convenção nº 169 da OIT, Decreto Federal nº 4.887/2003, Lei estadual nº 8.878/2019, Decreto Estadual nº 261/2011, Decreto estadual nº 3572/1999, Lei estadual nº 6.165/.

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: Constituição Federal (artigo 225), Lei estadual nº 8.878/2019, Decreto Federal nº 6.040/2007, Lei 9.985/2000, Lei 11.284/2006, Convenção 169 da OIT, Convenção da Diversidade Biológica.



Tup a'obaca'at cuap...

WUYJUYŪYŪ: Soat pe am Federal be e'em (artigo 231 i 232), soat pe am Pará eipi be acat (artigo 300), O'jewaguy ip iat 169 OIT be, Decreto 5.051/2004, tup a'obaca at pe 6.001/1975.

TOPAGON'AYU: Soat pe am Federal be (artigos 215, 216 i 68 ADCT be), soat pe am Pará eipi be acat(artigo 322) O'jewaguy ip iat nº 169 OIT, decreto federal nº 4.887/2003, tup a'obaca at pe pog eipi be at nº 261/2011, Decreto pog eipi be at nº 3572/1999, tup a'obaca at pe 6.165/1998.

WUYJUYŪYŪI KUYMA AĞOKA DAG IAYU: Constituição Federal be (artigo 225), tup a'obaca at pe nº 8.878/2019, Decreto Federal nº 6.040/2007, Lei 9.985/2000, tup a'obaca at pe 11.284/2006, O'jewaguy ip iat nº 169 OIT, O'jewaguy ip iwaruru at Biológica.

ATUAÇÃO PRÁTICA NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ



CULTURA E TRADIÇÃO

A preservação da cultura, ancestralidade e tradição, será garantida pela Defensoria Pública, exigindo a adoção de políticas públicas de acordo com tais práticas, como alimentação escolar a partir das práticas alimentares das comunidades.



SAÚDE

Para a Defensoria Pública, na proteção ao território está o acesso às políticas públicas de saúde, considerando as particularidades da população negra, saberes tradicionais e as dinâmicas naturais, como rios ou ilhas. Por isso, a Defensoria Pública deverá assegurar estruturas de unidades de saúde na comunidade ou às suas proximidades, assim como transporte (exemplo: ambulancha) e meio de comunicação para “telemedicina” ou atendimento na comunidade nos casos de emergência.



EDUCAÇÃO

Para a Defensoria Pública, os povos dos campos, águas e florestas devem ter assegurado o direito à educação diferenciada, a partir das premissas da educação no campo, em seu território, ou fora dele, resguardando a língua materna e a sociobiodiversidade. Por isso, a atuação da Defensoria deve priorizar que os entes municipais e estaduais assegurem tal educação diferenciada; promovam o melhoramento das

ATUAÇÃO PRÁTICA NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ



BABI I PEN CUK IAP

Xipan babi cug, kuje pen cuk osodot iap, je'e ikuk ap adede kay ag iayu be, cekay i'om jewa'ijojo ap adeden cekay imuğeam iat, pen jewemutaybinbin ap a'be jekonkon adeden imuğeğen iat tak ağoka dag.



XIPAT AP

Ag adede kay iayu, xipan ip ipi kuka yu juk iwebut jewa'ijojo ap gu xipan ap, idak soat adede ayu topagon'ayu, jetaybit pen cuk iap i jebabibi at jewekadi wiat, pen idixidi i tip aweroro. Ibem puye, ag adede kay iayu je'e co'um menkuka o'e xipan ağoka be om ika tem at pe, menku je'wedojojowat wat ap (menku poru: dao at jewedojojowat wat ap) i jewa'om mujojo ap "pusuğ ujujuy an" jewejojo ap ağoka be dao ap ojebapik ibima.



JEWEMUTAYBINBIN AP

Ag adede kay iayu, wuyjuyüyü tip etakodan'ayu, idibi e awaydip i'e ap ceku ap jewewejo i'e but am jewemutaybinbin iwaru at, koam at jewemutaybinbin ap tip etakodan'ayu beam, ce'ipi bewi i ipib wi um tak, i'aom muxipanpan ade ayu be acat peat. Imem, ceku ap adede kay at i'e ap koap imuğe ap jewe kabe e ipi yobog at pe tu'in ap pen na jewemutaybinbin ap iwarua at; jewedojo at xipanpun cewemuğe ap jewemutaybibin ap'a be wuyjuyüyü babi dag i ağokaka

estruturas das escolas a partir das práticas culturais dos povos e comunidades; viabilizem a alimentação escolar a partir dos hábitos alimentares dos membros das comunidades, assim como o transporte escolar adequado às realidades de cada região, povo e comunidade.



ACESSO AOS RECURSOS NATURAIS

A Defensoria Pública concebe que os povos e comunidades tradicionais têm o direito ao uso e usufruto dos recursos naturais (terra, água e floresta), os quais são parte integrante de seu território e modo de vida, além de ser base do seu desenvolvimento social e econômico. Assim, nos casos de concessão ou autorizações para exploração desses recursos, a Defensoria Pública do Pará deverá atuar para proteção da integridade dos recursos naturais, seu uso e usufruto pelos povos e comunidades.

PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

AUTORRECONHECIMENTO

A Defensoria deve assegurar o respeito ao autorreconhecimento no processo administrativo destinado à titulação do território tradicional. Pela normativa estadual do Pará, não há exigência de laudo antropológico para reconhecer uma comunidade como quilombola ou tradicional no processo de regularização fundiária.

dak; i'ebut puybit jewemutaybinbin ap'a dag ika bap at tak agókabe wi acat pe, imen cuk etaybinbin ayu tojowatwat ap ma ip omuyku puce ip iat pewi, wuyjuyuyu e agókaka dag acat.



UY JE AT KUKUK AM

Ag adede kay at juy wuyjuyüyü i agókaka kuyje acat kake i'aom baca ikuk ap ajo iat kuyje kake at (ipi, idibi, awaydip), puğu juk cebe iat ipi be at i pem ip iat tag, ibu ikum ip jewekuk am. Imem, puye ibikuy ijoam ajo kake iat, ag adede kay iat estado Pará beat je'e ikug taxijo am xipanpun kuy je at kuk am, ikuk am i jewebeam ieam wuyjuyüyü i agóka watwat pe.

MENKU OMUYKU IPI MUDIM AP

CUCUM PAXI IKUKUK UKAT

Ag adede kay at omuyku xipat omuyku jewe jojo'ap tup muğe ap cucum paxi ikukuk ukat cebe am wuyjuyüyü eypi kuyat iam. Estado dup mubararakat tipe, kake gu antropólogo e kapikap icem paxi topagon'a ka, kuyat paxi cucum ipi mudim ap iam.



INÍCIO DO PROCESSO DE TITULAÇÃO OU REGULARIZAÇÃO

No processo de regularização fundiária, a Defensoria Pública prestará assistência jurídica para a elaboração do pedido de titulação, a que for demandada, com orientação sobre os documentos a serem apresentados junto com o pedido, a exemplo do documento da associação, bem como promoverá assistência jurídica administrativa, com manifestações, defesas, impugnações, recursos, etc

CONHECIMENTO PESSOAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS E PUBLICAÇÃO DE EDITAL

A Defensoria Pública deverá assegurar que a comunicação dos atos administrativos seja feita de forma pessoal à comunidade ou sua instituição representativa, assim como acompanhará a publicação dos editais, podendo requisitar a intimação pessoal da Defensoria Pública, nos procedimentos administrativos.



KOAM EM CUCUM TUP, MUDIMDIM AP

Cucum ipi mudimdim ap, adede kay ag at omuyku ibuywat/ taxijo ma buywatwat pui ojuy am taperadup muge am, ojewe'ojuyjuy iat, yawewe ap tup togwi omuyku imubapukap awerom agu e muo juy, adede kukap etaperadup buxim, imuğe ap omuyku daxijo ap/ ibuywatwat ukat puywat am, tegu beku je'aweroro ape, jewekadi ape, imu'um ape, ikuda ape, wara'at tak.

ITAYBITBIT AYU EKAPIKAP WUYKUKUKAYU ETAPERAP MUBAPUKPUK UKAT I

Ag adede kay ag at omuyku ikukap jewemukuyojom kapikayu buywatwan jewěwějun ma, ařokawatwat eju, adede kukayu eju, i dak ibe warat'cayu kapitpin iayu, apen ixeyu jekukum ag iat puxim imupogpog ap ibararakat ie'e ap, imuğege ap wuyemu ojuy wuyjuyüyü wuymukuyojom adede kadiayu ,wuyjun ma ikukap.

DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E TITULAÇÃO

A Defensoria Pública zelará pela duração razoável do processo administrativo para a sua conclusão e titulação, com adoção de medidas judiciais e extrajudiciais, a exemplo de acordo para desocupação de área de pessoas que não poderão permanecer no local.

ATUAÇÃO NA PROTEÇÃO SOCIOAMBIENTAL E JUSTIÇA CLIMÁTICA

A Defensoria Pública do Pará atuará para assegurar a proteção socioambiental e justiça climática, com adoção de medidas de enfrentamento às desigualdades sociais e combate à emergência climática, cujas consequências são mais gravosas aos que foram postos em situação de vulnerabilidade social.

A justiça ambiental constitui função institucional e constitucional da Defensoria Pública, já que grupos sociais com maior vulnerabilidade econômica frequentemente são os mais vulneráveis às emergências climáticas, como enchentes, secas prolongadas, falta de disponibilidade hídrica, variação na quantidade e no preço dos alimentos e variações nas dinâmicas dos recursos naturais.

Assim, serão adotadas de forma prioritária as seguintes medidas para proteção socioambiental e justiça climática:

- Medidas administrativas que priorizem, de forma eficaz, a atuação preventiva e monitoramento climático.
- Deverá valendo-se de medidas administrativas e judiciais necessárias para garantir as salvaguardas socioambientais, o uso da terra, usufruto dos recursos naturais, proteção da

IBUN TOPAM PEN WUYBIKUY AP TAG IJUAP KAPITKAP IMUĞEĞEAP KAPITPIK 'UKAYU BE.

Ag adede kay at yaguy kẽreat tuy ap imuy ap wuyukam kapit kape tojowat am i dak kapitpik 'ukayu be, pen ka imubaput kam kuyjom cebe ip iojuy am wuyewedaxijo am i dak guyjom cekaykay ap puxim cebe ip, asubit am ka acewağuy iukam ibocewi topa pewi ip wuyjuyűyű ixeyu bit topa'ore buye iboce buye ip.

IMUGEBUT AT OMUYKU TIP KUKAP HIHI JEWARURUT IAP KUKAP

Ag adede kay at Pará be at cekapikap omuyku taxijo ap ag tip kay ap, hihi kay, ikukap menku jewekay xipat ap soat adeyu pug tag ma, taxijo at dawbimun ma hihi i, kake xipat um cica at tak o'jewe mogmog tadaybot ayu be am.

Tip kay ag at cekapitkap adede eju, ce taperadup adede kay ag at, ibe awerom ayu ibaore jija cebe am agu soat em, iteyu cebe ibaore jijä buye hihi bima, di bogobog pima, pibum cícä tiap pima, kake gu idibi, soat tei jeawarurun, puybit tei, dak kukam ip ibeat tag kapitpit ukayu wuykay ag ayu adede kukuka yu, soat tak tip tag at jewanururun.

Imen, kuka o'e ikukam koap emayu iteyu tip taxijo am, hihi dak.

- Ag at kukayu koam em xipan imuğeap, kapikap kug xipat, ijojom hihi dak.
- Imuğe ap omuyku ijebitat ag at kukukayu, taxijojo ukat imuğe ap ibacam tip kukam, apen paxi ipi ojokuk iam, ajo kake ipi be iat, itabeg ayu daxijo am, kuyje itaybitbinayu kukat, imen omuyku jewedujowat ap kapikap ağıoka kukukayu, omuyku

biodiversidade e saberes tradicionais associados, assim como o desenvolvimento das atividades agroambientais das comunidades, além da retribuição justa ou benefícios coletivos compartilhados às famílias, no caso de implementação de instrumentos e projetos que objetivam a governança e financiamento das atividades destinadas a reduzir as emissões dos gases de efeito estufa, decorrentes do desmatamento e degradação florestal, em territórios tradicionais.

- Nos negócios jurídicos destinados a implantar atividade de redução de emissões de gases de efeito estufa, firmados pelas comunidades ou instituição representativa, adotará medidas de orientação jurídica, empreendendo todos os esforços para permitir a compreensão clara e objetiva das cláusulas contratuais, com advertência sobre os riscos e consequências.
- Nas práticas ilegais desenvolvidas em territórios tradicionais, adotará todas as medidas para as nulidades evidenciadas e compensação de eventuais danos patrimoniais, físicos, sociais, espirituais e morais às comunidades.
- Nos licenciamentos ambientais estaduais e municipais atuará de ofício na proteção dos territórios tradicionais e dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Nos federais, atuará nas compensações e mitigações socioambientais, exigindo seu cumprimento do empreendedor, desde que não envolvam entes públicos federais, salvo exceções.
- Nos Projetos de assentamento estadual e unidades de conservação estadual ou municipal, adotará todas as medidas para a conclusão do processo de regularização fundiária e defesa desses territórios e comunidades tradicionais, podendo atuar judicial e extrajudicialmente, por motivação ou ex officio.

but kapikap xipat adede ekapiak mubapuk pug āgokadag, imen kuka imūge ap ōe ajo iat togwi exey ibapukat kukam, kapikap teihe ibo be am tig teo pit at mu'um am, jebapukpug tip a'okakap, tip mu'um ma, kuy je ipi be.

- Wuybuywatwat ukat omuyku imūge ap kapikap kadig tig pi at mu'um ap, āgoka kukukayu be, ikukukayu be i, ikukat omuyku yawēwēm wuydaxijojo'ukat pe, imūgem soat jebaca'at imuwxexat am, jekuyjo am ibapug ijebicayu taperadupe opop iat, yawem ajo xipat umat , ojebapuk kapiq ape i bima.
- Ikēreat mūgēge ukat ipi kuyje at pe, ikukat soat omuyku i'ukat xipat umat, teida but ajo jewē mūgem iat xipat umat ikuk piat tak,pug puye, adede buye, iba'arem ayu buye, jewekukpit āgokadag iap.
- Tip eju kapikpig ukayu estado eju, município eju i cekapikap omuyku ipi kuy at taxijo am, wuyjuyūyū i, topāgon'a kuyma agokadag ayu. Gasu federal bit, cekapik ap teidadam/ ceweroayu, tip eju xipan umat mudim ap, itaybitbit at pe yojuyjuy imūge am, imenpit omuyku federal gu bit itaybit am gu, imenpit imen ma omuyku imūge ap.
- ŢGasu projetoyu eju ipi ikodep at estado be at, ipi ikodep at estado ag cekay at, município bu'ibe iat i, iteyu omuyku soat xipat imūge ap ipi mudimdim, ipi daxixjo am, kuyma ipi be ayu dak, imen ip omuyku cekapiak ap yabibiyu togwi, ibaca'at um am, taperadup togwi.



VOCÊ SABIA?

A ideia de justiça ambiental indica que a problemática da mudança do clima, mais do que uma questão de cunho ambiental, é um problema de direitos humanos. Por isso que constitui função institucional da Defensoria Pública, já que a Constituição Federal estabelece no artigo 134 que a proteção dos direitos humanos é incumbência da Defensoria Pública. Além disso, as pessoas colocadas em situação de vulnerabilidade social constituem o público-alvo da Defensoria, sendo elas as destinatárias das premissas da justiça climática.

Os povos tradicionais estão entre os mais vulneráveis aos impactos das mudanças no clima. Crianças e adolescentes indígenas e quilombolas estão entre os grupos mais expostos aos riscos diretos e indiretos de mudanças na temperatura, nos padrões de seca e chuva, e na frequência e na intensidade das queimadas (IPCC, 2021).

Além desses aspectos, povos e comunidades tradicionais possuem conhecimentos (entendimentos, habilidades, filosofias) desenvolvidos por sociedades com longas histórias de interação com seu ambiente natural. Por exemplo, esses povos podem contribuir para o gerenciamento eficaz da terra, em áreas como gestão da água, práticas de fertilização do solo, sistemas de colheita e restauração sustentável; podem fortalecer capacidades de detecção precoce de desastres naturais e de identificação de mudanças climáticas de longo prazo (IPCC, 2019).



ETAYBIT TU?

Tip kay ag at cekapitkap aguy xikē reat aca hihi jewanurut iap puxim, buxi buxim omuyku fero tip tag at puxim, wuyjuyūyū etaperadup pe ikēreat. Imenpuye kake imugege kapikap yabibiyu beat adede kay ag, kuy kake constituição federal be opop ibararak 134 be wuyjuyūyū daxijojo ukat etaperadup pe, adede kay ag. Kake jija, wuyjuyūyū iba'ore jījā at peayu awerom, ag ayu be ibo cekapikap, iteyu omuyku ibo be am aca hihi jewanururut iat pe.

Kake waracayu wuyjuyūyū kuyayu iba'ore jījā at pe ip hihi jewanurut xipat umat iat pe. Bikitkiyu, yappat isuayu wuyjuyūyū i topağon'ayu iteyu awerom ayu ibapuk cicayu xipat umat pe ibapukayu ġasu iba'arem ayu hihi be, kake ibararat at pe koato, ġasu hihi i, soat ema kapikpig kake (IPCC,2021)

Iteyu opop iayu, awerom ayu, ġasu aġokadag kuyayu kake ip itaybitbit (jekuyjojom, itaybitbit, soat wuyetaybit) adede cucum iap kake ip kuy at cekawen tip eju iwebot at. Menku, iteyu wuyjuyūyū kake o'e wuybuwat am ipi kukukat xipat, idibi kay ag at, ipi bakpi at, apen kadai a'a bubu ap, apen jewēkukap: imubacat ap omuyku yaguy xipat umat ajemap puxim tip kay, ġasu ijjojom hihi jewanurut iat pibit iap.



ATUAÇÃO NA DEFESA DOS DEFENSORES E DEFENSORAS AMBIENTAIS E DA TERRA

A Defensoria Pública adotará todas as medidas destinadas a assegurar o direito à integridade física e vida de defensores e defensoras de direitos humanos, em especial aos que possuem luta coletiva pelo acesso à terra e recursos naturais.

No caso de ameaça ou violação ao direito à vida ou à integridade física de defensores e defensoras de direitos humanos, a Defensoria Pública atuará para assegurar a inclusão destes no Programa aos defensores e defensoras de Direitos Humanos (PPDDH), vinculado à Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos do Pará (SEIRDH), ou ao Programa de Proteção à Vítima e Testemunhas (PROVITA) de um crime, vinculado à Secretaria de Justiça (SEJU), devendo acompanhar



IMUGE BUT AT AG AĞOKATKAT DAXIJOJO'UKAT, AYACAT TAK TIP TAXIJOJO'UKAT, IPI DAK.

Adede kay ağı ayu ekapikap soat omuyju cebe imuge ap ibaca'at toğwi iwedim ijebicat puxim, xipan cīcā ağı ayü ağı okatkayu, ayacayü dak wuyjuyü yü etaperadup ibaca'at, iteyu be am omuyku adedeyu jebaca'at um ap ipi kukam, ajo kake ipi iat.

Imutoroktorok pima, xipat gu ikuğ itabëğ pima, ijebicat kukam agokatkayu, ayacayu wuyjuyuyu etaperadup tup pacá at, adede kay ağı at cekapikap ibuywat ap imu'om am buywatwat ap kay ağıokatkayu ağı at, yacayü ağı at wuyjuyü etaperadup mubacacan ap (PPDDH), iwebot Secretaria de Estado eju jewejojo i puğ tiwat tağ, wuyjuyü etaperadup baca Pará (SEIRDH), wara'at programa taxiyojo ukat itabi bima, ibuywat ap (PROVITA) o'jewa'oka, iwebot secretaria de justiça eju (SEJU) ceweju omuyku imugegem taxiyojo am.

a implementação da proteção.

O requerimento poderá ser endereçado ao presidente do Conselho Deliberativo do Programa Estadual de Proteção ou ser endereçado ao Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Ações Estratégicas da Defensoria Pública do Estado do Pará, que possui assento no Conselho Deliberativo do Programa Estadual.

Nas ações judiciais ou medidas administrativas, os Defensores e Defensoras Públicas do Estado deverão identificar na petição ou documentos, os riscos, ameaças e violências sofridas, de modo a assegurar medidas de proteção institucional dos envolvidos, inclusive requerer o sigilo na tramitação, conforme o caso. Nessa proteção, também poderão expedir ofícios, recomendações ou comunicar o fato a outras instituições, como Ministério Público, Corregedorias Policiais, Secretaria de Segurança Pública, etc.



Yojuyjuy ap omuyku poce at ite yabibi Yawēwē ukat Mudimdim Estadual be Daxijojo ukat, poce ite Nucaleo Daxijojo ukat wuyjuyuyu etaperadup baca at, Cekapikap ip apen Adede Kay ag at Estado Pará be at, kake omuy tuyap Jewawewe Imudimdim programa Estadual be at.

Iteyu yabibiyu ekapikap imuğem imudimdim ukat pe, ayacayū, ağokatkayū adede kay ağ ayū estado be ayū omuyku ijo ap yojuy am ibararak, ikere at, imuparararan, ya'oka o'juyjuy, ibacam muge am yabibiyu be taxijo am, iojuyjuy iba'arem imuğeğē am, ijo iayu buxim. Ite taxijojo 'ukat, imuwenap omuyku ibararat togwi, yawewem, imukuyjojo ajo jebapukpug iat yabibiyu eju, iteyu adede eju kapikpig ukat, taomunmun coco ap, secretaria soat taxijojo 'ukat.





SOBRE OS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO...

A Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PNPDDH) foi criada pelo Decreto nº 6.044/2007. O Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) e seu Conselho Deliberativo, foram instituídos pelo Decreto nº 9.937/2019. A finalidade dos dois programas consiste em articular medidas para a proteção de pessoas que tenham seus direitos ameaçados em decorrência de sua atuação, na promoção ou defesa dos direitos humanos. A proteção visa garantir o direito à vida e a continuidade das atividades da pessoa defensora, que em decorrência de sua atuação na promoção ou defesa dos direitos humanos, esteja em situação de ameaça.



DAXIJOJO 'UKAT BUYWATWAT AP

A Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PNDDH) jewe daxiijojo'uk ayu soap kay agu ag ap jewedaxiijojo uk agu ibaca ap wujuyu iap (PNDDH) iteyu oguwexat ip decreto nº 6.044/2007 bima. Ibuywatwat daxiijojo 'ukat ayacayu adede buwatwat wuyjuyuyu mubacan, Mukuyjojo 'ukat, Tip kay at (PPDDH) Yawewe' ukat imuge ap, iteyu o'jwemuge ite Decreto nº 9.937/2019. Iteyu kake xepxep buywatwat ap ibaca jewemu kuyjom imugegem wuyjuyu daxiijojom, imubacan am imupararan soat ema cekapikap pe bima, imugem, wuyjuyuyu ibuywat. Taxijojo'ukat mubacan ap ce taperadup pe itabeg am, ag at ekapikam tujowatwat am, kapikap togwi okap, wuyjuyuyu taperadup mubacan, iteyu imupararan ip.

REFERÊNCIAS

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. PNUD, 2020.

Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/angola/publications/relat%C3%B3rio-do-desenvolvimento-humano-2020-pr%C3%A9xima-fronteira-o-desenvolvimento-humano-e-o-antropoceno>>. Acesso em: 17 de out. 2023.

CRIANÇAS, ADOLESCENTES E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO

BRASIL. UNICEF, 2022. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/criancas- adolescentes-e-mudancas-climaticas-no-brasil-2022>>. Acesso em 18 de out. 2023.

IJOJO AP

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. PNUD, 2020.

Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/angola/publications/relat%C3%B3rio-do-desenvolvimento-humano-2020-pr%C3%A9xima-fronteira-o-desenvolvimento-humano-e-o-antropoceno>>. Acesso em: 17 de out. 2023.

CRIANÇAS, ADOLESCENTES E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO

BRASIL. UNICEF, 2022. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/criancas- adolescentes-e-mudancas-climaticas-no-brasil-2022>>. Acesso em 18 de out. 2023.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ